

8º BOLETIM ESPECIAL

COVID 19

REPRESENTAÇÕES DA 1ª PROCURADORIA

Representação 03/20, Processo 724/2020, o MPC/DF recebeu denúncia oriunda de Parlamentar Distrital, a respeito de possível favorecimento das cinco principais empresas de transporte público do Distrito Federal por parte da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF que, diante da solicitação da Associação das Empresas de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – DFMob, deferiu e autorizou o repasse de R\$ 90.307.985,91, a título de “auxílio emergencial”. O MPDF ajuizou a Ação Civil Pública n.º 0703048-02.2020.8.07.0018, acerca da mesma matéria.

Ofício nº 52/2020 – GP1P, O MPC/DF requereu à Corte a realização de inspeção a fim de averiguar a regularidade de pagamentos de despesas de exercícios anteriores pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal às empresas concessionárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC). O pedido tem por motivação recente remanejamento de dotação orçamentária no valor de R\$ 53.374.351,00 do programa de trabalho “CONCESSÃO DE PASSE LIVRE-ESTUDANTIL-PLE-DISTRITO FEDERAL” para o programa de trabalho “MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC- DISTRITO FEDERAL”, programa em que ocorre o pagamento dos subsídios ao sistema.

REPRESENTAÇÕES DA 2ª PROCURADORIA

Responsável pela pasta de Saúde

Representação 06/20, Processo 209/20: MPC/DF pede a criação de grupo de trabalho para fiscalização das ações de enfrentamento à COVID19. Decisão 862/20. Arquivado.

Representação 07/20, Processo 208/20: MPC/DF pede ao TCDF que analise contratação emergencial na área de limpeza, asseio, higienização e conservação das unidades hospitalares. Conhecida a Representação, em tramitação.

Representação 10/20, Processo 344/20: MPC/DF analisa a situação das UBS no DF, em face do Plano de Contingência para o combate à COVID19, e diante da denúncia de falta de equipamentos cardio-pulmonares. Decisão 1678/10: autoriza o registro da Representação, a fim de subsidiar futuras fiscalizações acerca do tema, após o fim da situação emergencial na saúde pública do Distrito Federal, ou ainda nos termos do Plano de Ação de que trata o Processo nº 00600-00000445/2020-73. Fase atual: Recurso oferecido pelo MPC/DF.

Representação 11/20, Processo 527/20: MPC/DF analisa a situação das UPAS no DF, em face do Plano de Contingência para o combate ao COVID19, e pede fiscalização em relação às denúncias que envolvem a falta de estrutura física e material; a terceirização integral desses serviços ao IGES/DF e a construção das novas unidades. Decisão 1586/20: autoriza o registro da Representação nº 11/2020-CF nos assentamentos da Seasp/TCDF, a fim de subsidiar futuras fiscalizações acerca do tema, a serem realizadas após o fim da situação emergencial na saúde pública do Distrito Federal. Fase atual: Recurso oferecido pelo MP/DF.

Representação 12/20, Processo 439/20: MPC/DF analisa a contratação do BRB Serviços para oferecimento de central telefônica e outros, na área da farmácia de Alto Custo da SES. Conhecida a Representação, em tramitação.

MPDFT apura, também, os fatos: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2020/11840-covid-19-mpdft-analisa-legalidade-de-seis-contratos-emergenciais>

Representação 13/20, Processo 490/20: MPC/DF pede cautelar e discute a suplementação orçamentária em ações de publicidade, em face do dever de se observar a prioridade alocativa de recursos públicos, no combate ao novo coronavírus. Decisão 1312/20: Representação recebida, negada a cautelar e apensada ao Processo 445/20. Na Justiça, concedida medida cautelar em ACP ajuizada pelo MPDFT, que também alega gasto desproporcional: Processo eletrônico: 0703957-44.2020.8.07.0018.

Representação 14/20, Processo 648/20: MPC/DF discute aditamento em contratos de publicidade da CLDF, em face do novo Coronavírus. Representação conhecida, em tramitação.

Representação 16/20, Processo 657/20: MPC/DF aborda a questão da testagem na rede pública, pedindo a abertura de fiscalização ampla para as aquisições que giraram em torno de R\$ 70 milhões de reais. Decisão 1518/20: autoriza o registro da Representação, a fim de subsidiar futuras fiscalizações acerca do tema, a serem realizadas em momento oportuno, após o fim da situação emergencial na saúde pública do Distrito Federal. Fase atual: Recurso oferecido pelo MPC/DF. Operação Falso Negativo do MPDFT apura a compra de testes pela rede pública de saúde do DF.

Representação 17/20, Processo 707/20: MPC/DF requer fiscalização acerca da contratação de empresa de engenharia para obras no Hospital da PM e, ainda, sobre Contrato 80/2020, celebrado com a empresa INSTITUTO MED AID SAÚDE – IMAS, no valor de R\$ 85.179.600,00 para a gestão desses leitos. Conhecida a Representação. MPDFT deflagra a Operação Grabato. GDF celebra novo contrato com a empresa ASSOCIAÇÃO SAÚDE EM MOVIMENTO - ASM, no valor de R\$ R\$ 60.578.726. Ofício 345/20-MPC/DF reitera a necessidade de fiscalização. Processo em tramitação.

Representação 18/20, Processo 801/20: MPC/DF pede apuração a respeito da contratação de leitos junto à iniciativa privada. Arquivada.

Representação 19/20, Processo 897/20: MPC/DF elabora listagem de todas as contratações para enfrentamento da COVID19, comparando as informações obtidas no DODF e em portal do GDF, demonstrando a assimetria da informação. Representação conhecida, em tramitação. Concomitantemente, a Justiça do DF determinou ao GDF ampla publicidade em suas ações, acatando ação do MPDFT: Ação Civil Pública n.º 0702337-94.2020.8.07.0018.

Representação 20/20, Processo 1273/20: MPC/DF discute a contratação da gestão de leitos do Hospital de Campanha do Mané Garrincha, apontando a forma de apresentação da proposta, sem o valor discriminado, de sorte que, a princípio, todos os leitos teriam o mesmo valor monetário; não há, também, o quantitativo para a equipe médica e de enfermagem; inconsistência no número total de leitos; oferecimento de apenas uma proposta; etc. Representação oferecida, também, por Parlamentar da CLDF. Decisão 1801/20, conhece a Representação. MPDFT e CECOR realizam Operação. Auditoria da CGDF aponta falhas na contratação em tela (10/07/20). Nos autos do Processo 674/20, analisa-se a construção do Hospital. Decisão 1919/20.

Representação 21/20, Processo 1279/20: MPC/DF pede ao TCDF que acompanhe a dispensa de licitação para a contratação de ventiladores pulmonares, orçamento estimativo e demais requisitos para a seleção da futura contratada. “Não é preciso aguardar-se que seja feita a compra, e o pagamento realizado, para só após haver a fiscalização, quando é muito mais dispendioso o ressarcimento ao erário, à semelhança, repita-se, do controle que é feito em face dos editais de licitação, (artigo 113 da Lei de Licitações) e consoante jurisprudência do STF (RE 1236731-STF)”. Conhecida a Representação, em tramitação.

PCDF investiga denúncia de que médico estaria se apropriando de respiradores e revendendo-os ao próprio GDF

Representação 22/20, Processo 1423/20: MPC/DF pede ao TCDF que fiscalize a construção de um novo Hospital de Campanha, nos termos da NT do CNJ, que exige planejamento e governança na adoção dessa opção. Conhecida a Representação, em tramitação. GDF anunciou a contratação de empresa CONTARPP por R\$ 10.488.208,61. MPC/DF expediu Ofício 424/2020-G2P ao TCDF, solicitando fiscalização.

Representação 23/20, Processo 1702/20: MPC/DF pede que seja fiscalizada a aquisição de scanners para diagnóstico, em face do anúncio da aquisição de 100 unidades e de denúncia, que questiona o alto valor do equipamento e sua eficácia. Conhecida a Representação, em tramitação.

Representação 24/20, Processo 2174/20: MPC/DF elabora planilha, a respeito da aquisição de 06 itens pelo GDF, como álcool gel, aventais, luvas, máscaras etc. Na planilha, são evidenciados preços, empresas, processos, fontes de recursos, etc. O TCDF conheceu a Representação, em relação à aquisição de máscaras por empresa, com indicativo de má qualidade. Recente decisão do TCDF, 2604/20, concede cautelar pedida pelo MPC/DF, a fim de determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que se abstenha de liquidar, pagar e/ou reconhecer a dívida referente às “máscaras cirúrgicas descartáveis” referidas. Justiça do Trabalho concede liminar, em Ação Civil Pública ajuizada pelo MPT, para suspender a distribuição, no prazo máximo de 48 horas, e recolher, no prazo máximo de 5 dias, todos os EPIs inservíveis, não conformes ou inadequados Processo nº 0000607-54.2020.5.10.0019.

Representação 25/20, Processo 2121/20: MPC/DF encaminha denúncia a respeito da suposta utilização de critérios desiguais, relacionados ao Teletrabalho pela SES/DF. Conhecida a Representação, em tramitação.

Representação 26/20, Processo 1675/20: após 04 ofícios enviados ao TCDF, um deles, inclusive com pedido de cautelar, o MPC/DF representou à Corte, para que analisasse denúncias a respeito da contratação de empresa de engenharia, para construção do Hospital na Papuda. Conhecida a Representação, em tramitação.

Representação 28/20, Processo 2455/20: MPC/DF questiona a contratação direta para a gestão de leitos da Papuda, sem menção aos preços e fonte de recursos. Conhecida a Representação, TCDF concede medida cautelar e pede explicações. Processo em tramitação.

Representação 31/20, Processo 2749/20: MPC/DF pede que o TCDF fiscalize as seleções temporárias de pessoal para enfrentamento à COVID19, enquanto há concursados aguardando nomeação. Conhecida a Representação, em tramitação.

Representação 32/20, Processo 2849/20: MPC/DF pede que o TCDF promova inspeção nos Hospitais: HRAN, HRT, HRC, HBDF e HRSM, em face das sucessivas denúncias de má prestação de serviços, para atendimento aos pacientes com COVID19. TCDF, Decisão 2612/20, determina que parte das matérias suscitadas pelo MPC/DF seja objeto de registro, a fim de subsidiar futuras fiscalizações acerca do tema, após o fim da situação emergencial, e outra parte seja, desde já, examinada de acordo com o Plano de Ação aprovado pelo Plenário por intermédio da Resolução n.º 333/2020-TCDF.

Representação 33/20, Processo 3076/20: MPC/DF pede que o TCDF fiscalize a contratação pelo IGESDF do Instituto Inovamente. Conhecida a Representação, em tramitação.

Representação 37/20, Processo 3325/20: MPC/DF pede que o TCDF apure a contratação direta para gestão de leitos da rede pública de saúde do DF. Revogada a contratação, outra teve curso. O TCDF, então, decidiu determinar à Seasp/TCDF a autuação de processo específico com a finalidade de examinar a nova contratação pública: Decisão 2620/20.

Representação 38/20, Processo 3378/20: MPC/DF pede que o TCDF fiscalize a contratação para a gestão de leitos de UTI geridos pelo IGESDF, consoante Recomendação do MPDFT. Conhecida a Representação, em tramitação.

Representação 39/20, Processo 3460/20: MPC/DF pede que seja fiscalizada a contratação de novos leitos de homecare, seus valores e cumprimento das regras de EPI em face de ACP ajuizada pelo Coren. Fase de admissibilidade.

Representação 41/20, Processo 3684/20, a respeito da contratação de laboratório para testagem do tipo drive thru. Revogação do contrato. MPC/DF adita a Representação e pede fiscalização em face do Contrato no 79/20, e de todos que porventura tenham sido celebrados para a realização de testagem drive thru, em face dos princípios constitucionais da Administração Pública, notadamente, da economicidade e da legitimidade da despesa pública. Fase de admissibilidade.

Representação 42/20, Processo 3585/20: MPC/DF discute a legalidade de decreto de calamidade, para fins de recebimento de recursos federais (MDR). Fase de admissibilidade.

Representação 43/20, Processo nº 4093/2020 a respeito da contratação de laboratório para testagem. Juntada pelo MPC/DF de petição do laboratório, informando que não houve execução do contrato.

Representação 44/20, a respeito do valor dos leitos pagos a hospitais privados, para atendimento de pacientes com COVID19. Processo ainda não autuado.

Representação 45/20, Processo nº 4090/2020, questiona a economicidade de contrato celebrado para a Prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), para atendimento à população do Distrito Federal no combate ao Covid19, e serviços de publicidade, no IGESDF.

REPRESENTAÇÕES DA 3ª PROCURADORIA

Representação 11/2020-G3P, Representação acerca de dispensa de licitação pelo CBMDF para aquisição de máscaras cirúrgicas. Processo ainda não autuado.

REPRESENTAÇÕES DA 4ª PROCURADORIA

Representação 02/2020-G4P, Processo 312/2020 com medida pedido de medida cautelar, a fim de que seja suspensa, neste momento e até ulterior deliberação plenária, a realização de despesas por todo Complexo Administrativo do DF com festividades, eventos esportivos, contratação de artistas em geral para a realização de eventos, publicidade e propaganda, e outras não relacionadas às áreas de saúde e segurança pública. Decisão 907/2020, o TCDF autorizou a anexação do feito em exame ao processo que vier a ser autuado nesta Corte para tratar do plano de ação de controle sobre as ações desenvolvidas pela Secretaria de Saúde e demais entes do Distrito Federal, incluindo as contratações públicas realizadas, relacionadas com o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.

Representação 05/2020-G4P, processo 1152/2020, relatando possíveis irregularidades no Contrato n.º 9/2020 (Processo Administrativo SEI n.º 0040000023339/2020-51), firmado entre a SEJUS/DF e a Manhattan Hotéis e Turismo Ltda., tendo por objeto oferecer moradia provisória a idosos em atenção ao programa “Sua Vida Vale Muito - Hotelaria Solidária”. Decisão 1784/2020: o TCDF denegou o pedido de medida cautelar, e determinou à SEJUS que apresente esclarecimentos em 15 dias.

Ofício n.º 175/2020 – MPC/PG, O Ministério Público de Contas do Distrito Federal (MPC/DF) pede informações à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, acerca das providências adotadas para a continuidade do fornecimento e distribuição da merenda escolar aos alunos matriculados na rede pública de ensino, bem como outras informações adicionais acerca da destinação dos insumos relacionados à prestação deste relevante serviço.



[HTTPS://MPC.TC.DF.GOV.BR/](https://mpc.tc.df.gov.br/)



[FACEBOOK.COM/MPCONTASDF/](https://facebook.com/mpcontasdf/)